

O Bioma Pampa e o desenvolvimento socioeconômico em Santa Vitória do Palmar*

Ana Paula Matei**

Doutoranda em
Desenvolvimento Rural/Programa de
Pós-graduação em Desenvolvimento
Rural - PGDR/UFRGS

Eduardo Ernesto Filippi***

Doutor em Economia Política
(Université de Versailles Saint-Quentin-
en-Yvelines)

Resumo

O Bioma Pampa possui uma imensurável biodiversidade e abrange a maior parte do Estado do RS. No entanto, não há uma preocupação em termos de proteção e uso adequado da riqueza do Pampa na definição de planos de desenvolvimento regional. Além disso, os processos de desenvolvimento regional possuem assimetrias sociais e econômicas, incluindo também problemas de ordem ambiental. Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar a importância do bioma pampa e sensibilizar quanto às desigualdades, especialmente, na microrregião litoral Lagunar do RS. Visa também a sugerir a realização de estudos que possam subsidiar a reversão tanto à degradação do Bioma Pampa, quanto reduzir as desigualdades socioeconômicas e ambientais desta região.

Palavras-chave

Bioma Pampa; desenvolvimento regional; desigualdades socioambientais.

* Artigo recebido em out. 2012 e aceito para publicação em set. 2013.

** E-mail: ana.matei@ufrgs.br

*** E-mail: edu_292000@yahoo.com.br

Abstract

The Pampa biome has an immeasurable biodiversity and encompasses the greater part of Rio Grande do Sul State (RS) in Brazil. However, there is no concern in terms of protection and adequate use of Pampa's resources in regional development planning. Moreover, regional development processes present social and economic asymmetries, also including environmental problems. Thus, the present paper aims to present the importance of the Pampa biome and call attention to inequalities, especially in the micro region known as the lagoon coast of RS. Another objective of the paper is to suggest studies that may subsidize the reversal of degradation of the Pampa biome, as well as reduce socioeconomic and environmental inequalities of this region.

Key words

Pampa biome; regional development; social and environmental inequalities.

Classificação JEL: Q01; Q57.

1 O Bioma Pampa

As assimetrias em relação ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul apresentam-se de modo distinto entre as regiões norte e sul do Estado. Coincidentemente ou não, o território do RS situa-se em dois biomas distintos: o Mata Atlântica ao norte, e o Pampa, compreendendo a Metade Sul do Estado. Os campos são a paisagem predominante e ainda determinante na economia, cultura e modo de vida da sociedade gaúcha (BOLDRINI et al., 2010).

O Bioma Pampa integra grande parte do território do Rio Grande do Sul (62,2% do território), parte da Argentina e todo o território do Uruguai (BOLDRINI et al., 2010). Estas áreas passaram a sofrer mudanças desde a época da colonização, especialmente com as demarcações de fronteiras, com a introdução da pecuária e o estabelecimento da estrutura fundiária de médias e grandes propriedades conhecida até hoje. O Pampa apresenta um papel significativo na conservação da biodiversidade, pois apresenta riqueza de flora e fauna ainda pouco pesquisadas (BINKOWSKI, 2009). Segundo Boldrini et al. (2010) existem mais de 2.200 espécies campestres,

constituindo um patrimônio genético notável até então negligenciado. Centenas destas espécies têm valor forrageiro que permite o desenvolvimento de uma pecuária ecológica, baseada na conservação do campo nativo, ao contrário de outros sistemas baseados na produção com espécies forrageiras exóticas e dependentes de insumos.

A “Metade Sul” a qual está inserida neste Bioma era, basicamente, pecuarista até a introdução da soja a partir dos anos 1960 no norte do Estado, cuja expansão se deu para o Sul, inserindo no pampa gaúcho as atividades ligadas à agricultura, essencialmente, monoculturas de trigo e soja (VERDUM, 2006). Além disso, o Bioma Pampa tem sido local para investimentos estrangeiros no plantio de monoculturas de espécies exóticas, com uma ilusória “solução para os problemas ambientais por tratar-se de plantio de árvores” (FIGUEIRÓ e SELL, 2010). Das políticas de incentivo do Governo Estadual, a partir de 2004, o setor de base florestal passou a ser priorizado a fim de converter o Estado em um pólo florestal. A região da “Metade Sul” tem sido prioritária para esses investimentos devido a sua caracterização pelo baixo e histórico nível de desenvolvimento econômico e social (BINKOWSKI, 2009).

Contudo, estas estratégias políticas para a promoção de um desenvolvimento regional voltado para atividades e setores produtivos subordinados à demanda do mercado internacional, principalmente, também estão gerando um processo de desenvolvimento desequilibrado no Pampa, tal como tem ocorrido no Bioma Amazônia e outros, com a presença de projetos intensivos em capital que se pautaram por um modelo de desenvolvimento desequilibrado (BACURY DE LIRA et al., 2009).

A expansão de monocultivos florestais ocorre desde 1956, em que apoiada pela lei de incentivos fiscais, especialmente pelo Plano Nacional de Celulose e Papel (de 1967), há um estímulo para estas atividades, visando ao fornecimento de matéria-prima para a indústria de celulose e papel (BERTÉ, 2004). A introdução de espécies exóticas tem sido pensada com maior ênfase desde a década de 1980, sem, no entanto, considerar os impactos que podem ocorrer no Pampa. Em função da atividade de pecuária o bioma sofre alterações, como por exemplo, em toda a sua biodiversidade. Os processos de degradação dos solos estão em expansão em algumas áreas devido à introdução de monoculturas, especialmente de espécies exóticas (como eucalipto, acácia negra e pinus). Processos como de erosão hídrica e os areais tem sido uma realidade e são decorrentes da mecanização no campo em solos muito frágeis. Esta mecanização desencadeou e aumentou o desenvolvimento destes processos de degradação, que são naturais, mas que se aceleraram devido à forma agressiva de como estas monoculturas estão sendo desenvolvidas (VERDUM, 2006).

Além disso, é necessário destacar que nesta região, o plantio de arroz irrigado é favorecido pelas amplas planícies de inundação, sendo uma atividade baseada no uso intensivo de insumos químicos e na mecanização, servindo para aumentar os problemas ambientais relacionados à degradação dos solos e da contaminação da água (BERTÉ, 2004). Como alguns exemplos, pode-se citar:

“a interferência deste tipo de cultivo ocorreu principalmente sobre as várzeas dos rios, avançando sobre as áreas de mata de galerias e de banhados com a prática de desmatamentos, drenagens e desvios do curso d’água. Tal fato provocou alterações na morfologia e no regime hídrico dos mesmos, principalmente pela construção de canais e barragens pela irrigação e por contribuir para o processo de assoreamento. Como resultado tem-se o agravamento da escassez de água em épocas de estiagem prolongada e nos meses de verão...” (BERTÉ, 2004, p. 73).

A riqueza da biodiversidade do Pampa tem sido ameaçada em função das políticas que beneficiam a introdução destas espécies exóticas. Não há uma preocupação com a conversão dos solos do ambiente natural para o plantio e inserção de novas espécies, como a silvicultura e a soja. A biodiversidade e as formas de produção sustentáveis são pouco difundidas. O uso adequado e o manejo para a pecuária pode ser altamente produtivo e ainda manter a integridade dos ecossistemas campestres. No entanto, a baixa valorização da atividade pecuária, em relação às outras oportunidades aparentemente mais rentáveis, tem sido um fator determinante para a conversão de campos em lavouras e silvicultura. Há outras possibilidades que podem melhorar a rentabilidade da pecuária sem substituir os ecossistemas naturais¹ (PILLAR et al, 2007).

Atualmente, a vegetação campestre original já foi descaracterizada em torno de 51% (ou um pouco mais de 64.000km²) a partir da ação humana para urbanização e atividades econômicas (HASENACK et al.; 2007). Outro fator importante é que a vegetação, solos e a própria riqueza de condições geológicas e geomorfológicas, aspectos hidrológicos e a ordem climática tornam o território não homogêneo (BOLDRINI et al., 2010). Assim, é importante a realização de um estudo que possa compreender as atividades econômicas que poderiam ser compatíveis com o bioma local. A falta de conhecimento básico sobre a biodiversidade dos campos nativos e o baixo número de áreas efetivamente protegidas em Unidades de Conservação

¹ Neste caso, Pillar et al., (2007) sugerem que há a necessidade de implementar políticas públicas que favoreçam a conservação dos campos, visando a incentivar e a fomentar os sistemas de produção que colaborem para a integridade dos ecossistemas campestres, auxiliando assim para a sua rentabilidade, diferentemente de apoiar os sistemas produtivos que degradam os campos e sua biodiversidade e que são cultivados em função do benefício exclusivamente econômico.

torna o bioma pampa negligenciado (OVERBECK *et al.* 2007 apud SANTOS e TREVISAN, 2009), inclusive ao compará-lo a outros biomas.

Para harmonizar as necessidades sociais e econômicas e a conseqüente degradação ambiental, devem ser estudados os elementos que impactam nas políticas de desenvolvimento dos municípios e microrregiões. O estudo de uso e manejo do solo é um dos principais fatores a ser considerado para as ações planejadas voltadas ao desenvolvimento regional.

Deste modo, este artigo pretende apresentar algumas das indicações de que as desigualdades sociais e econômicas de uma determinada região são influenciadas pelo uso inadequado do território e seus elementos, compreendendo assim as características naturais associadas ao Pampa. Para delimitar o estudo, objetiva-se apresentar especificamente a microrregião Litoral Lagunar, a qual está inserida na Planície Costeira do Bioma Pampa. A área dos municípios de São José do Norte, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí se encontra integralmente dentro da Planície Costeira (MDA, 2009).

2 Aspectos do desenvolvimento socioeconômico da Metade Sul

A região sul do Estado do Rio Grande do Sul possui características distintas com relação a sua Metade Norte. Os municípios da chamada região Metade Sul apresentam índices de desenvolvimento muito abaixo dos demais, além de características econômicas, sociais e ambientais bastante distintas. Conforme Rozalino *et. al.* (2008), esta região é considerada com um desenvolvimento inferior às demais regiões, especialmente ao considerar alguns índices como o PIB per capita, a participação do setor industrial no Valor Adicionado Fiscal e na geração de postos de trabalho e, ao longo dos anos, a contínua e acentuada queda no número de habitantes. De forma geral, estes índices são comparados com a Metade Norte, região considerada com melhores indicadores e conseqüentemente, mais desenvolvida por “apresentar um forte setor industrial, articulado a uma agricultura “modernizada” por caracterizar-se pela incorporação dos insumos químicos, mecânicos e biológicos difundidos pela ‘Revolução Verde’” (ROZALINO *et. al.*; 2008, p. 02).

No período colonial, a região de fronteira junto ao Uruguai foi organizada com a mesma atividade produtiva - a pecuária expansiva, formando inclusive uma sociedade de criadores e charqueadores ligados por laços familiares, vínculos comuns de propriedade da terra, mercados

consumidores compartilhados e exportações realizadas, frequentemente, através do porto de Colônia de Sacramento (MISOCZKY et. al., 2008).

A Metade Sul caracteriza-se por apresentar a pecuária extensiva, com grandes extensões de terra, cujos proprietários tendem a cada vez mais arrendar suas áreas para granjeiros e atualmente para empresas do ramo da celulose. Estas empresas têm buscado nesta região áreas férteis, planas e baratas, diferentemente do encontrado na metade norte, onde os minifúndios e agricultura familiar são predominantes (MISOCZKY et. al., 2008).

As condições ecológicas da região sul tornaram-na melhor adaptada à criação, enquanto que as da região norte exigiram um aproveitamento mais equilibrado de suas terras entre lavoura e pecuária. O relevo irregular, além disso, condicionou a formação de estabelecimentos agropastoris relativamente pequenos, enquanto as planícies do sul favoreceram o estabelecimento de grandes latifúndios (SINGER, 1977 apud MARTINS, 2005).

3 Aspectos do desenvolvimento socioeconômico de Santa Vitória do Palmar

A Mesorregião Sudeste abrange parte da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, constituída por 99 municípios, totalizando uma área de 153.879,4 m², com uma população de 2.559.755 habitantes. A microrregião do Litoral Lagunar² é uma das microrregiões do Estado e os municípios que a integram são: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e São José do Norte. Em 2011, sua população foi estimada em 260.552 habitantes, com uma densidade demográfica de 27,8 hab/km², em uma área total de 9.379,158 km² (FEE, 2012).

As microrregiões são definidas por apresentarem particularidades quanto à organização do espaço, tais como as estruturas de produção agropecuária, industrial, de extrativismo mineral ou de pesca. A organização

² Microrregião - é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (FEE, 2012).

do espaço microrregional é também identificada pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento, e pela distribuição de bens e serviços de consumo freqüente, considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (FEE, 2010).

Apesar de a microrregião ser formada pelos quatro municípios apresentados, o estudo pretende destacar os dados do município de Santa Vitória do Palmar, por destacar-se em termos de área física, densidade demográfica, além de outros indicadores que o colocam em uma posição de destaque, porém em termos de desigualdades no contexto desta microrregião. Cabe destacar que este município apresenta uma taxa de crescimento populacional negativa, em relação ao aumento do PIB (conforme Tabela 4). Esta relação é apresentada devido à falta de um dinamismo econômico que possa favorecer a permanência ou mesmo atração de moradores no município, além de confirmar a significativa concentração de renda (conforme o Índice de Gini – Figura 2 - e a distribuição de Renda per Capita e Intensidade de Pobreza da população – Tabela 3). Na Tabela 1 é possível analisar a relação dos municípios e as respectivas áreas, ano de instalação e a densidade demográfica.

Tabela 1

Comparação entre as áreas, ano de instalação e densidade demográfica dos municípios da região Litoral Lagunar

Município	Área (km ²)	Ano de instalação do município	Densidade demográfica (2000)
Chuí (RS)	200,7	1997	25,9
Rio Grande (RS)	2835,8	1809	65,9
Santa Vitória do Palmar (RS)	5242,7	1872	6,4
São José do Norte (RS)	1135,3	1831	21

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003)

O Município de Santa Vitoria do Palmar tem sua origem ligada diretamente às disputas de fronteira. O município iniciou as instalações como região de povoamento somente 1872 (data de criação: 30/10/1872, conforme a Lei nº 808) por tratar-se de uma região antigamente denominada Campos Neutrais desde o Taim até o Chuí. Está localizado na microrregião do Litoral Lagunar, na mesorregião Sudeste Rio-Grandense. Seu núcleo urbano dista em 222 km de Rio Grande, 241 km de Pelotas e 496 km de Porto Alegre. Situa-se na fronteira com o Uruguai, distante dos demais centros urbanos brasileiros e mesmo regionais. Como fronteira oeste é delimitada pela Lagoa Mirim e à Leste pelo Oceano Atlântico.

Localiza-se na região litorânea, pertencendo à bacia hidrográfica da Laguna Mirim, formada pelos Rios Piratini, São Gonçalo e Mangueira; é uma região de litoral lagunar.

O município conta com uma população de 30.250 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, contra os 33.304 habitantes do censo de 2000, demonstrando uma taxa de crescimento populacional negativa de -9,17%. A população urbana corresponde a 83,93%, enquanto a rural corresponde a 16,07% (FAMURS, 2010). O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de Santa Vitória é de 0.799, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2003). Na Tabela 2 é possível comparar a evolução dos índices de 1991 para o ano de 2000. Outros indicadores que são importantes para destacar a importância da escolha do referido local: densidade demográfica (2009): 6,0 hab/km²; taxa de analfabetismo de 8,89 %; expectativa de vida ao nascer 68,51 anos; coeficiente de mortalidade infantil (2007) 17,16 por mil nascidos vivos; PIB municipal (2007): R\$ 301,161 M; PIB per capita (2007): R\$ 9.658; Exportações Totais (2008): U\$ FOB 28.213 (FEE, 2010).

O município de Santa Vitória do Palmar foi escolhido como o foco deste ensaio devido a sua distinta característica em termos socioeconômicos, conforme os dados apresentados acima, bem como por ser um município que tem uma das maiores concentrações de renda do país, sendo a maior produtora de arroz em nível nacional (MEGA, 2008). Além disso, o município guarda uma especificidade diante dos demais que integram a microrregião litoral lagunar. Ao analisa-la, constata-se que este município destaca-se pela concentração e características vislumbradas no conjunto dos demais municípios. Como exemplo, o aumento das grandes propriedades de terra (a partir da Revolução Verde, na década de 1970) e o respectivo êxodo rural crescente e o aumento da concentração de renda estão correlacionados diretamente, aumentando os níveis de pobreza, tornando o município como o quarto com maior concentração de renda no Brasil e como a primeira no Rio Grande do Sul (de acordo com o Índice de Gini de 2000) (PNUD, 2003, MEGA, 2008).

O município de Santa Vitória do Palmar possui uma área física de 5.244,18 km², é o município que possui a maior extensão de área física e a menor densidade demográfica da microrregião litoral lagunar. O município de Rio Grande é o que possui maior densidade demográfica. Na Figura 1, há a relação da população total e sua distribuição no espaço urbano e rural de cada município, nos anos de 1991 e 2000, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003).

Tabela 2

Comparação dos IDH 1991 e 2000 - Santa Vitória do Palmar

	1991	2000
IDH ³ – Educação	0, 811	0, 894
IDH ⁴ – Renda	0, 685	0, 776
IDH ⁵ – Longevidade	0, 668	0, 727
IDH ⁶ - Municipal	0, 721	0, 799

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2003

Os municípios são predominantemente urbanos, ou seja, a distribuição da população concentra-se nas cidades. Rio Grande por ser uma das principais cidades no RS possui uma população bastante elevada em comparação aos demais. Conforme a Figura 1 destaca-se que, apesar de o município de Santa Vitória do Palmar ter uma densidade demográfica de apenas 6,0 hab/km² e a maior extensão de área física, sua população é basicamente urbana, com o aumento deste índice ao longo do tempo. A Taxa de Urbanização deste município passou de 72,90% em 1991 para 83,93% no ano de 2000. Além disso, é um dos municípios que tem uma das maiores concentrações de renda do país (MEGA, 2008).

Apesar da população de Santa Vitória do Palmar ser 86% urbana, é considerado um município rural para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, do MDA (2009), pois são considerados rurais, em função de sua economia depender fortemente do desempenho da agropecuária.

O município de Rio Grande, cidade mais antiga do RS, era o único a dispor de um porto marítimo, fato que possibilitou um desenvolvimento comercial considerável durante o século XIX, além da implantação de um parque industrial diversificado, induzido principalmente pelo setor

³ **IDH – Educação:** Subíndice do IDHM relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDHM-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

⁴ **IDH – Renda:** Subíndice do IDHM relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: [ln (valor observado do indicador) - ln (limite inferior)] / [ln (limite superior) - ln (limite inferior)], onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$3,90 e R\$1559,24, respectivamente.

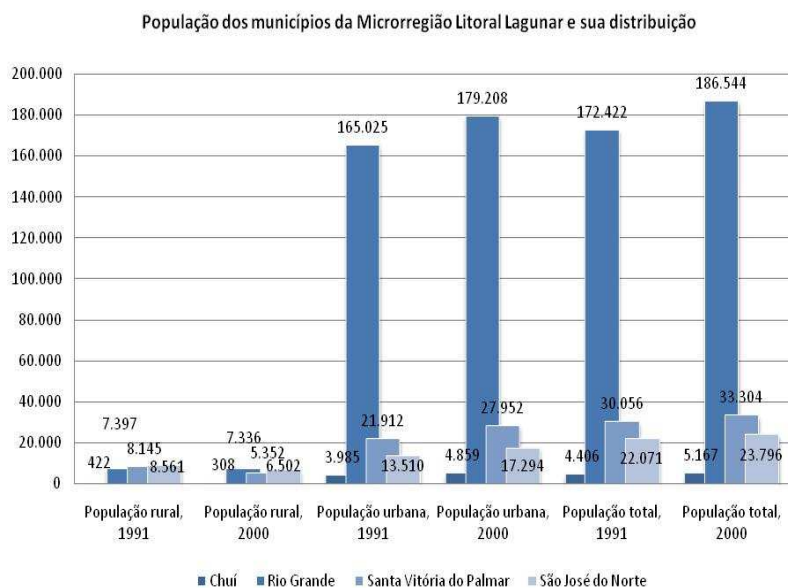
⁵ **IDH – Longevidade:** Subíndice do IDHM relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.

⁶ **IDH – Municipal:** É obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

exportador. Favorecido por estes fatores, Rio Grande atraiu investimentos fabris em setores diversos, mesmo relacionados às indústrias de bens de consumo como, por exemplo, as indústrias têxteis, as cordoarias, fábrica de calçados, de alimentos em conservas, de biscoitos, de charutos, e os moinhos de farinha (MARTINS, 2005). Atualmente, um pólo naval está se consolidando na cidade, tornando-a economicamente concentrada na atividade portuária e como um dos grandes responsáveis pela exportação de grãos e importação de containers e fertilizantes do país.

Figura 1

Dados da população dos municípios da microrregião Litoral Lagunar e sua distribuição



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003)

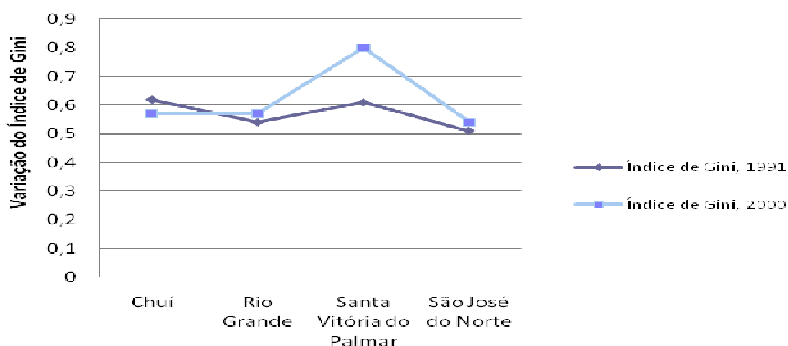
A base econômica de Santa Vitória do Palmar está sustentada na rizicultura de irrigação, pecuária bovina de corte e a ovina de lã. A lavoura mecanizada do arroz, cultivada em médias e grandes propriedades, é a atividade principal. O município não possui indústrias de grande porte instaladas. A agroindústria existente atua no beneficiamento do arroz, realizando apenas a secagem e o armazenamento, sendo que as demais fases do processamento são realizadas em outras localidades. Esta situação resulta em uma grande importância da agropecuária na economia local (MISOCZKY et. al., 2008). As demais culturas agrícolas do município

são: laranja, pêssego, uva, alho, batata doce, batata inglesa, cebola, ervilha, fava, feijão, melancia, melão, milho, soja, sorgo e tomate. Por estar localizada no litoral sul do Estado, a pesca é uma atividade importante no município; ainda que seja predominantemente desenvolvida de forma artesanal e não em escala industrial (MISOCZKY et. al., 2008).

O Coeficiente de Gini é uma medida usualmente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Na Figura 2, é possível analisar os índices de Gini, no período de 1991 e 2000, dos municípios da Microrregião Litoral Lagunar, caracterizando uma grande desigualdade social nos municípios, especialmente em Santa Vitória do Palmar (os dados do município, em 1991, contavam com o índice de 0,61, e em 2000, o índice foi de 0,80). Como também demonstrado pelo Índice de Gini na Figura 2, a concentração de renda e sua má distribuição é uma realidade também crescente (MEGA, 2008). A intensidade de pobreza dos municípios também tem evoluído, fato que merece uma atenção por parte da população e principalmente de seus dirigentes. Outros indicadores apresentam também esta desigualdade social, conforme as Tabelas, 3, 4 e 5 abaixo.

Figura 2

Índice de Gini dos Municípios da Microrregião Litoral Lagunar



FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003)

A Tabela 3 apresenta a Renda per Capita dos municípios entre 1991 e 2000, e também uma comparação em relação à intensidade da pobreza da população nos referidos anos. Ao considerarmos a renda per capita, todos os municípios apresentam uma elevação dos valores, mesmo observando um aumento da população, conforme observado na Figura 1.

Tabela 3

Renda per Capita e Intensidade de Pobreza da população dos municípios da Microrregião Litoral Lagunar em 1991 e 2000

	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000
Chuí	297,17	309,89	40,92	43,84
Rio Grande	235,17	318,37	40,34	43,86
Santa Vitória do Palmar	235,93	406,43	37,4	38,22
São José do Norte	118,35	148,96	42,96	47,29

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD,2003).

Segundo os dados da FEE (2010), Santa Vitória do Palmar esteve entre os cem (100) maiores municípios do RS com crescimento significativo no PIB em 2008 (34,5%), destacando-se entre os demais municípios da região sul do Estado. A partir de uma série histórica do PIB e PIB per capita (FEE, 2012), podemos avaliar a evolução ao longo dos anos de 2000 a 2010 para o município, conforme a Tabela 4.

Tabela 4

PIB e PIB per capita a preço de mercado de 2000 a 2010 de Santa Vitória do Palmar

ANO	PIB (R\$ Mil)	PIB Per Capita (R\$)
2010	533.668	17.214
2009	440.861	13.949
2008	411.650	12.949
2007	301.248	9.661
2006	284.851	8.178
2005	289.432	8.366
2004	339.745	9.887
2003	280.033	8.205
2002	215.178	6.348
2001	205.320	6.099
2000	178.227	5.330

FONTE: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2012).

Na sequência, a Tabela 5 apresenta a estrutura de apropriação da renda por extratos da população. No caso de Santa Vitória do Palmar, pode ser visualizado que mais de 75% da renda é concentrada em aproximadamente 20% da população no ano de 2000, sendo que este percentual foi elevado considerando o ano de 1991. O município do Chuí apresentou uma redução da apropriação da renda entre os 20% mais ricos e também um aumento entre os 20% mais pobres. No caso de Santa Vitória do Palmar além do aumento da apropriação pelos 20% mais ricos, os 20%

mais pobres também perderam em apropriação da renda, como Rio Grande e São José do Norte.

Tabela 5

Estrutura de apropriação da renda por extratos da população dos municípios da Microrregião Litoral Lagunar em 1991 e 2000

	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, 1991	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, 2000
Chuí	2,2	3,18	69,58	57,72
Rio Grande	3,33	2,47	58,42	61,07
Santa Vitória do Palmar	3,1	1,85	65,66	76,56
São José do Norte	4,28	2,74	56,51	56,91

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2003).

Esta região é também formada por municípios da região sul do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE SUL, que inclui: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, **Santa Vitória do Palmar**, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu. A Tabela 6 apresenta os dados comparativos dos municípios do COREDE SUL, de Santa Vitória do Palmar e de Rio Grande, demonstrando que o município em destaque possui diferenças relevantes e significativas em comparação com a região representada, bem como em relação ao seu município de origem (Rio Grande).

Em relação à população, Santa Vitória do Palmar representa apenas 4% da população total dos municípios que integram o COREDE SUL, sendo que Rio Grande mantém 23% deste total. Em termos de área física, Santa Vitória do Palmar ocupa 15% do território, contra Rio Grande que representa apenas 8%. Além disso, verifica-se uma distinção para ambos os municípios em termos de densidade demográfica, em que Santa Vitória do Palmar corresponde quatro vezes menos à média dos municípios, e Rio Grande uma concentração maior, destacando-se em termos de ocupação territorial.

Tabela 6

Dados dos municípios do COREDE SUL, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande

DADOS	Municípios COREDE SUL (total de 22)	Santa Vitória do Palmar	Rio Grande
População Total (2009):	867.167	31.373	198.421
Área (2009):	35.042,9 km ²	5.244,2 km ²	2.813,9 km ²
Densidade Demográfica (2009):	24,7 hab/km ²	6,0 hab/km ²	70,5 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2000):	8,67 %	8,89 %	6,99 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000):	69,54 anos	68,51 anos	68,64 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2007):	12,18 por mil nascidos vivos	17,16 por mil nascidos vivos	9,29 por mil nascidos vivos
PIB pm(2007):	R\$ mil 10.608.277	R\$ mil 301.161	R\$ mil 4.444.840
PIB per capita (2007):	R\$ 12.458	R\$ 9.658	R\$ 22.870
Exportações Totais (2008):	U\$ FOB 2.945.886.396	U\$ FOB 28.213	U\$ FOB 2.775.011.800

FONTE: Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2010).

4 Aspectos ambientais da Microrregião Litoral Lagunar

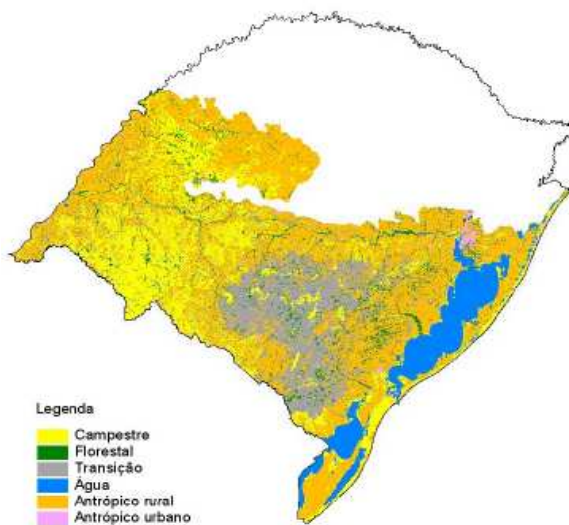
Esta região é marcada pelas suas características singulares em relação aos aspectos geográficos e do entorno geológico (municípios que exclusivamente estão localizados em barreiras litorâneas regressivas, sem presença de estruturas geológicas e encostas - a evolução é diferenciada na geografia, geomorfologia e no uso e cobertura do solo) (AYUP-ZOUAIN et al, 2003; VILLWOCKI e TOMAZELLI, 1995). É considerada área de Planície Costeira, que compreende terrenos sedimentares de origem tanto fluvial quanto marinha, que são revestidos, principalmente, por formações pioneiras arbustivo-herbáceas, típicas de complexo lagunar onde se destacam as Lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira. O uso da terra prevalecente é representado por pastagem natural associada à rizicultura. Está situada no Bioma Pampa, o qual se restringe ao Rio Grande do Sul e ocupa uma área de 176.496 km², o que corresponde à 62,64% do Estado (IBAMA, 2004). As características geográficas deste bioma são determinadas por um clima chuvoso; o relevo é caracterizado como aplainado e suave ondulado, formado por um mosaico de solos basálticos e sedimentares, geralmente rasos e frágeis; vegetação é predominantemente campestre. Neste bioma, 41,32% da área apresenta cobertura vegetal

nativa, mas apenas 0,4% do Pampa é protegida atualmente por Unidades de Conservação. A agricultura, a pecuária e o cultivo de monoculturas florestais têm exercido forte pressão sobre o local, resultando no desaparecimento de espécies nativas, no aumento do processo de arenização e na invasão de espécies indesejáveis (INSTITUTO PAMPA BRASIL, 2010).

A Figura 3A apresenta o mapa de cobertura do Bioma no RS, e a Figura 3 B apresenta a localização da microrregião Litoral Lagunar.

Figura 3A

Mapeamento da cobertura vegetal do Bioma Pampa.



FONTE: A - MMA, 2007b.

Figura 3B



FONTE: B – Google, 2010.

5 A necessidade de um modelo de desenvolvimento regional adequado

Estudos recentes orientam quanto à elaboração de um projeto de desenvolvimento que possa apresentar e suportar as especificidades da Metade Sul do estado de forma imprescindível. Um estudo coloca, por exemplo, o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e o declínio do desenvolvimento econômico, e ainda que dada as características de grande propriedade, esta região é foco das políticas de reforma agrária, abrigando um número considerável de assentamentos (ROZALINO et. al.; 2008). Conseqüentemente, os espaços de ocupação para o desenvolvimento de atividades para subsidiar a população com suas riquezas são utilizados de forma inadequada ou, no mínimo, com a necessidade de reestruturação. Assim, demanda-se diagnosticar os sistemas de produção existentes praticados pelos agricultores e produtores locais para compreender o processo de desenvolvimento local.

As estratégias empregadas na promoção do desenvolvimento local, especialmente no meio rural, declaram-se de uma forma cada vez mais

limitadas. Além disso, estas limitações devem ser trabalhadas adequadamente de acordo com suas interações complexas em seus diferentes aspectos (GERHARDT et. al., 2000). A permanência das desigualdades nas diferentes regiões do Estado e os fatores que tornam esta realidade cada vez mais presente tem estabilizado as estruturas econômicas nestas regiões, persistindo seu desfavorecimento e impedindo que ações sociais e econômicas com uma dinâmica voltada para a autonomia e expansão do desenvolvimento regional sejam realizadas (ALONSO, 2006; BANDEIRA, 2003a; 2003b apud CONTERATO et. al., 2007).

De acordo com Conterato et. al. (2007), o desenvolvimento regional endógeno se propõe a ampliar as condições para a geração de empregos, do produto e da renda regional, sendo uma consequência de um processo interno capaz de expandir continuamente as possibilidades de agregar valor na produção e assim, tornar a região mais suscetível nas trocas de excedentes econômicos entre as outras regiões. Outro fator que deve ser considerado é que são os atores locais os responsáveis pela estruturação deste modelo e não mais estratégias calcadas em propostas centralizadas. Sendo assim, o desenvolvimento está baseado cada vez mais na capacidade de articulação e nas condições de organização de elementos caracteristicamente territoriais, como os próprios atores, as instituições, os aspectos culturais, os procedimentos, os recursos e o próprio entorno envolvido (BOISIER, 1996 apud CONTERATO et. al., 2007).

Outro aspecto a ser considerado é que a questão regional não pode desvincular as dinâmicas do rural e do urbano, dado que a dimensão espacial do desenvolvimento fundamenta-se sob diversas naturezas do desenvolvimento territorial ou rural (CONTERATO et. al., 2007). As alterações dos espaços rurais, a sua diversidade e as perspectivas de desenvolvimento devem ser entendidas e consideradas em suas múltiplas dimensões em termos de mudanças (MARSDEN, 2003 apud CONTERATO et. al., 2007). A realidade rural apresenta-se de forma complexa e dinâmica, sendo o espaço rural diversificado uma representação das alterações do ambiente natural e humano (MIGUEL, 2004).

Para avaliar as dimensões e características relacionadas ao desenvolvimento local e regional, muitos autores propõem métodos para analisar componentes que estão vinculados a este desenvolvimento. Estes métodos apresentam análises qualitativas e quantitativas, envolvendo indicadores e variáveis para expressar a heterogeneidade de elementos que envolvem tanto análise de solos, utilização de espaços, questões demográficas, história, economia (KAGEYAMA e LEONE, 1999 apud MIGUEL, 2004).

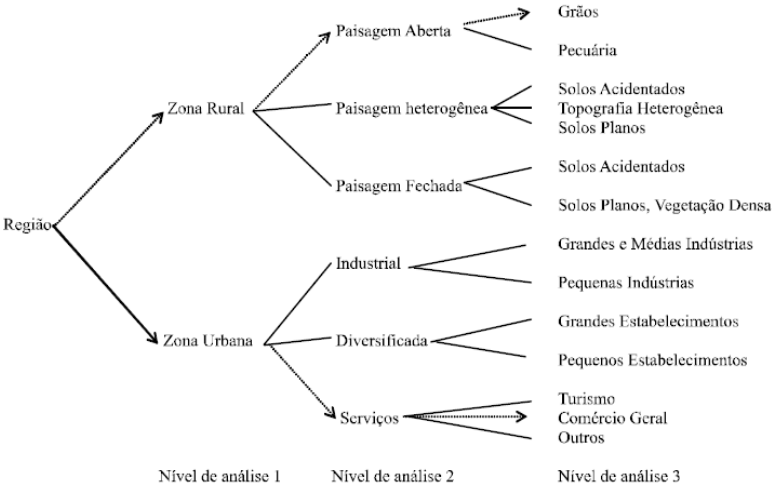
Figueredo e Miguel (2007) apresentam um estudo sobre a abordagem sistêmica para a análise sobre agricultura e as possibilidades de intervir em projetos de desenvolvimento rural. A ferramenta exposta neste estudo é o Diagnóstico Agrário ou “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários - ADSA”. Esta ferramenta operacional objetiva identificar elementos que podem influir na evolução dos sistemas de produção, tais como elementos agroecológicos, técnicos, socioeconômicos, entre outros. Os autores colocam a necessidade de que os diagnósticos em projetos para o desenvolvimento rural tenham uma interpretação dinâmica e rápida, estabelecendo a temporalidade de uma situação específica que possa orientar a proposição de um projeto. Para Bastos et. al. (2006) e Silva Neto (2007), a ADSA é um método de estudo da agricultura proposto para auxiliar a proposição de linhas estratégicas para o desenvolvimento local, especialmente voltadas para o setor agropecuário.

Outra ferramenta que pode contribuir para o estudo é a construção da árvore de possibilidades como exemplo de níveis de análise para a situação de desenvolvimento de uma região, conforme a Figura 4 (SILVA NETO, 2007; SILVA NETO et. al., 2003). Após um levantamento de dados e informações, podem-se trabalhar os dados hierarquizando-os e tratando-os em níveis, viabilizando uma análise mais sistêmica, permitindo que as informações mais pertinentes sejam concentradas, facilitando a definição e a configuração em cada nível para focar nas possibilidades de desenvolvimento de cada região. Obviamente que as possibilidades de desenvolvimento de uma região não seriam suficientemente descritas por uma árvore destas, dada a sua complexidade, mas esta figura pode tornar o trabalho inicial melhor aplicado.

Outra abordagem para a análise pode ser realizada de acordo com o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), proposto por Conterato et. al. (2007). Este IDR “serve como um dos parâmetros de comparação, pois sintetizam dados secundários agregados em cinco dimensões, quais sejam: social, demográfica, político-institucional, econômica e ambiental” (CONTERATO et. al.; 2007). Para tanto, há a necessidade de realizar a caracterização das dimensões e das variáveis para a aplicação do IDR. Após, é realizada uma combinação entre as dimensões analisadas, verificando como se portam as interações e a integração entre elas. A Figura 5 apresenta alguns elementos a serem considerados no estudo.

Figura 4

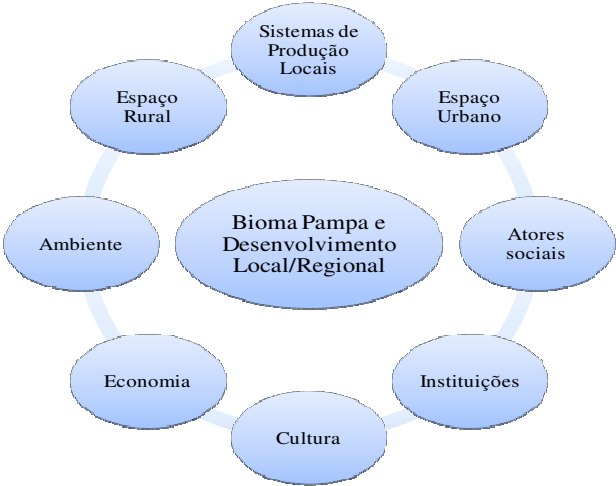
Exemplo hipotético de possibilidades de configuração do desenvolvimento de uma região.



FONTE: Silva Neto et. al. (2003).

Figura 5

Elementos a ser considerados no diagnóstico das potencialidades da região



FONTE: Elaborado pelo autor.

Ao considerar todas estas dimensões, também verifica-se que o desenvolvimento regional é um processo resultante de ações articuladas, visando a indução de mudanças no espaço rural, principalmente, tanto no nível socioeconômico quanto ambiental. Este processo visa à melhoria da qualidade de vida das populações, incluindo o aumento da renda. No entanto, considerando todas as especificidades e características distintas no âmbito rural, este processo torna-se evolutivo, interativo e hierárquico em relação aos resultados, impactando no plano territorial esse aspecto complexo e heterogêneo (SCHNEIDER, 2003).

Outro aspecto a ser considerado, são os comumente utilizados índices para mensurar o nível de crescimento, o que não significa reconhecer estes índices como uma forma de análise do desenvolvimento local. De forma geral, os indicadores sintetizam uma série de informações oriundas de fontes distintas sendo facilmente passíveis de manipulação e entendimento. Sendo assim, os indicadores podem favorecer a uma leitura simplificada de uma realidade bastante qualitativa, facilitando a assimilação e compreensão dos eventos (FILHO e GOMES, 2004).

Neste sentido, é que se demanda um estudo mais aprofundado da realidade, utilizando-se diferentes métodos e ferramentas capazes de viabilizar uma compreensão adequada de uma série de elementos que interagem de forma complexa e sistêmica. Reconhecer todas as variáveis e dimensões que estão envolvidas no processo de desenvolvimento rural, e, consequentemente, regional, é imprescindível para a proposição de um projeto estratégico para servir de modelo para o desenvolvimento da região do estudo.

6 Conclusões

Este artigo apresentou a importância e o significado do Bioma Pampa para a maioria dos municípios gaúchos. Foi destacada a Microrregião Litoral Lagunar, especialmente o município de Santa Vitória do Palmar, para dar ênfase aos aspectos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, mostrando que há assimetrias em evolução nos municípios que integram a região. O município em destaque ressalta a baixa dinâmica econômica e uma redução em termos de população residente, contrastando com o aumento do PIB vinculado a produção agrícola de grandes propriedades, basicamente baseada na produção de gado e na rizicultura.

O desconhecimento do potencial da biodiversidade existente e o uso inadequado dos solos, voltados especialmente para as lavouras e, recentemente, para os investimentos na silvicultura têm despertado pesquisadores e instituições para que haja um estudo e um planejamento

para amenizar os impactos ambientais das atividades econômicas no Pampa. A substituição da vegetação natural por monoculturas implicará alterações no ambiente, em termos de perda de biodiversidade, degradação dos solos e processos como arenização, além de problemas com a contaminação dos solos e da água, especialmente nas lavouras associadas à rizicultura e ao uso de herbicidas.

Além disso, as desigualdades sociais e econômicas da população são crescentes e tendem a aumentar este processo assimétrico. Com a valorização dos campos pelos nativos e com um planejamento regional adequado, junto às autoridades e com a ativa participação dos atores sociais, é possível a proposição de um novo modelo de desenvolvimento. Todavia, são necessárias políticas públicas favoráveis a este processo, que sejam realizadas ações integradoras, inclusive entre os países vizinhos que compartilham do mesmo bioma e da mesma paisagem. Nesta ação, é impar o envolvimento dos municípios cujos aspectos socioeconômicos e ambientais estejam sendo ameaçados pela sua incapacidade de valorização dos recursos e população local e seu desenvolvimento.

A valorização dos campos sulinos é um aspecto imprescindível para repensar o atual sistema de produção regional, repensar as atividades econômicas que são realmente favoráveis para a população. É também uma forma de reverter ou ao menos não facilitar que o Pampa seja degradado, perdendo suas riquezas imensuráveis por um modelo de resultados de curto prazo, mas com consequências irreparáveis em termos de ambiente, economia e sociedade. Santa Vitória do Palmar deveria compreender e analisar as condições ambientais e identificar alternativas locais para potencializar o uso de sua biodiversidade e organizar políticas e programas que visam ao dinamismo econômico e que melhorem as condições sociais da população, incluindo a sua permanência no município e com isso seu desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Por fim, o que se pretende destacar é que há a necessidade de reconhecer o significado e a dinâmica da diversidade ambiental, em especial considerando seus aspectos regionais e microrregionais (bioma pampa e as características específicas do litoral lagunar) observando seu papel no contexto socioeconômico. A inclusão destes aspectos, em uma análise e reflexão não apenas local, mas nos níveis estadual e federal, na implementação de planos de desenvolvimento desse ser relevada (mesmo não sendo este o objeto do estudo aqui apresentado). Contudo, observar os aspectos da paisagem e seu contexto é também uma condição e ferramenta de análise para os tomadores de decisão, refletindo nas alternativas de desenvolvimento do local, e consequentemente, na população que ali está arraigada.

7 Referências

AYUP-ZOUAIN, R. N.; FERREIRA, H.P.L.P; BARBOZA, E.G.; TOMAZELLI, L. J. **Evidência morfológica de um paleocanal holocênico da Laguna Mirim nas adjacências do Banhado Taim.** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 9, Recife, 2003. Anais...Recife, ABEQUA, p.1-5.

BACURY DE LIRA, S.; MONTEIRO DA SILVA, M.; PINTO, R. **Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI.** Nova Economia, 2009. Vol. 19, nº 01, p. 153-184.

BASTOS, J. R.; RAMBO, D. F.; MULLER, N. T. G.; NORONHA, A. **Perfil socioeconômico e potencialidades da fruticultura na região do COREDE Missões – RS.** Fórum Internacional Integrado de Cidadania – Educação, Cultura, Saúde e Meio Ambiente. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santo Ângelo, 26 a 29 de abril de 2006. Disponível em http://www.urisan.tche.br/~forumcidadania/pdf/PERFIL_SOCIOECONOMIC_O_E_POTENCIALIDADES.pdf Acesso em 08 nov 2010.

BERTÊ, A. M. A. **Problemas Ambientais do Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação.** In: Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Organizado por: Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertrgaray. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

BOLDRINI, I. I.; FERREIRA, P. M. A.; ANDRADE, B. O.; SCHNEIDER, A. A.; SETUBAL, R. B.; TREVISAN, R; FREITAS, E.M. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica.** Porto Alegre, editora Pallotti, 2010. 64 p.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. **Desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 163 -195 mai./ago. 2007.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico RS**. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php> Acesso em 14 nov 2010.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **FEEDADOS**. Disponível em http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_consREM.asp?param=Microrregiao/Litoral%20Lagunar/2011 Acesso em 27 dez 2012.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Estatísticas FEE**. Disponível em http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?ano=2000&serie=1999-2010&letra=S Acesso em 27 dez 2012.

FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Algumas considerações sobre o Desenvolvimento Rural a partir da perspectiva sistêmica**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, SBSP, Fortaleza, 2007.

FIGUEIRÓ, A. S.; SELL, J. C. **O Bioma Pampa e o Modelo de Desenvolvimento em Implantação no Alto Camaquã**. VI Seminário Latino Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

FILHO, J. S. S.; GOMES, J. M. A. **Indicadores de Bem-Estar nos municípios da bacia Hidrográfica do Rio Guaribas-Piauí**. II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba, São Paulo, 2004.

GERHARDT, C. H.; TROIAN, L. C.; UTERREZ, L. M. ; MAGALHÃES, R. G.; GUIMARÃES, L.A. ; FERREIRA, L. O. ; MIGUEL, L. A. **“Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné - RS: Perspectivas para um Desenvolvimento Rural Sustentável”**. Relatório de Pesquisa do Projeto Maquiné - PGDR/ ANAMA/ PMM. Porto Alegre: 2000.

HASENACK, H. (org.) **Mapeamento da cobertura vegetal do Bioma Pampa**. In: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Sumário Executivo do mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF. 2006.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatísticas sobre Unidades de Conservação nos Biomas Brasileiros**, 2004. Disponível em <http://www.ibama.gov.br>.

INSTITUTO PAMPA BRASIL – Disponível em <http://pampabrasil.org.br/site/> Acesso em 10 nov 2010.

MARTINS, S. F. **O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande Departamento de Geociências. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf> Acesso em 12 dez 2010.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio104.pdf Acesso em 11 jan 2013.

MEGA, L. A. **Mudanças causadas pelo programa de transferência direta de renda, bolsa família, aos beneficiários de Santa Vitória do Palmar - RS**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas. UCPEL, Pelotas, 2008. Disponível em http://www.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2008/Dissertacao_Luci ano_Mega.pdf Acesso em 27 dez 2012.

MIGUEL, L. A. **Heterogeneidades do espaço rural da Região Metropolitana de Porto Alegre**. IN: *Rio Grande do Sul – Paisagens e Territórios em Transformação*. Verdum, R.; Basso, L. A.; Suertegaray, D. M. A. (organizadores). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 181 – 194.

MIGUEL, L. A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. **Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte-no estado do Rio Grande do Sul**. Revista Estudo e Debate, Lajeado (RS), Editora UNIVATES, Volume 14, Nº 2, 2007, pp. 95-125.

MISOCZKY, M. C.; HENTSCHEKE, M.; SPINATO, N. A.; FONTOURA, R. P.; SILVA, S. L. C., KRAUSE, A.; MIOLA, J. **Diagnóstico Local de Saúde de Santa Vitória do Palmar**. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar; SIS – Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras. Porto Alegre, 2008.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**: Atualização - Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. – Brasília: MMA, 2007.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **PROBIO - Cobertura vegetal do bioma Pampa**. Relatório técnico. PROBIO/UFRGS/EMBRAPA PECUÁRIA SUL. Porto Alegre, 2007b. Disponível em http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/arquivos/downloads/dados/Mapeamento_bioma_pampa/Relatorio_bioma_Pampa.pdf Acesso em 09 nov 2010.

MOURA, L. G. V.; ALMEIDA, J.; MIGUEL, L. A. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um pouco de pragmatismo**. IN: REDES, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vol. 9, nº 2 (maio/agosto de 2004) – Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2004. Pp. 133 – 155.

NATBRASIL – Núcleo Amigos da Terra/Brasil. **Porque Respeitar o Zoneamento**. Disponível em http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/parecer_zoneamento_2007.pdf Acesso em 17 dez 2010.

PILLAR, V.P.; MÜLLER, S.C.; CASTILHOS, Z.M.S.; JACQUES, A.V.A. (eds.). **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. 403 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em: 03 nov 2010.

ROZALINO, L.; BRITO, A. N. S.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA P. R. C.; GENRO, C. J. M. **A histórica concepção de desenvolvimento frente às identidades regionais: o caso do Rincão dos Mendes no município de Rosário do Sul/RS**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/970.pdf> Acesso em 11 de Nov 2010.

SANTOS, T.; TREVISAN, R. **Eucaliptos versus Bioma Pampa: compreendendo as diferenças entre lavouras de arbóreas e o campo nativo**. In: A.Teixeira-Filho. (Org.). Lavouras de Destruição: a (im)posição do consenso. Pelotas, RS, 2009, v. , p. 299-332. Disponível em <http://www.semapi.org.br/semapi2005/site/livro/cd%20rom/arquivos/07.pdf> Acesso em 16 dez 2010.

SBPC. **"Cultura florestal no Brasil dificulta percepção da importância ecológica do bioma Pampa"** In: Jornal da Ciência, SBPC, **JC e-mail** 3651, de 28 de Novembro de 2008. 02 páginas. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2008/11/29/cultura-florestal-no-brasil-dificultapercepcao-da-importancia-ecologica-do-bioma-pampa/> Acesso em 18 nov 2010.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas.** In: I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 2003. Anais...Fortaleza, Ceará, 2003.

SEVERO, C. M. MIGUEL, L. A. **A Sustentabilidade dos Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul.** IN: REDES, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vol. 11, nº 3, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, setembro/ dezembro de 2006. Pp. 213 – 234.

SILVA NETO, B. S. **Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: Uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico.** Red de revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal. Desenvolvimento em Questão, janeiro-junho, ano/vol. 5; nº 009. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, p. 33-58, 2007. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/752/75250903.pdf> Acesso em 09 nov 2010.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P.; BASSO, D. **Incerteza, Racionalidade e Procedimentos em Ações de Desenvolvimento Local.** Red de revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal. Desenvolvimento em Questão, julho-dezembro, ano/vol. 1; nº 002. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, p. 123-149, 2003. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/752/75210207.pdf> Acesso em 09 nov 2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VERDUM, R. **O pampa. Ainda desconhecido.** Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU Online. São Leopoldo, 7 agosto de 2006, nº: 183, p.4-9.

VILLWOCK, J. A.; TOMAZELLI, L. J. **Geologia costeira do Rio Grande do Sul.** Notas Técnicas CECO/IG, Porto Alegre, v. 8, p. 1-45, 1995.